

A PERMANÊNCIA DAS JUVENTUDES NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES INDICADOS NA CONSULTA PÚBLICA DO MEC

Mateus Saraiva – UFRGS – mateus.saraiva@ufrgs.br

Ângela Chagas – UFRGS – angela.bchagas@gmail.com

Maria Beatriz Luce – UFRGS – lucemb@ufrgs.br

Com intuito de repercutir ideias lançadas na consulta pública promovida em 2023 pelo Ministério da Educação sobre a política de Ensino Médio, em particular as opiniões sobre uma política de permanência focada na população na idade de referência, resumimos os principais argumentos mobilizados no debate. Como metodologia, analisamos a transcrição de falas de 42 participantes nos 12 webinários da *Consulta pública sobre o ensino médio: webinários com especialistas e gestores* referentes à permanência e à aprendizagem dos alunos. Os pontos de convergência levaram-nos à estrutura deste texto, que destaca os desafios extraescolares, intraescolares e os caminhos possíveis a partir de financiamento e articulação dos entes federativos.

Desafios extraescolares

Nos webinários, houve reflexões sobre a situação contraditória que ir à escola desperta em grande parte dos alunos do Ensino Médio. Dentre os jovens que cursam esta etapa, há um misto de esperança e frustração pois, ao mesmo tempo em que desejam concluir a Educação Básica, querem ou precisam trabalhar para assegurar renda às famílias ou à sua autonomia. O anseio geral, porém, é por escolas saudáveis, seguras, igualitárias e inclusivas, que possam promover a autoestima e o bem-estar dos alunos por meio de aprendizagens para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade (Pinto, 2023).

Diferentes posicionamentos apontaram que as iniquidades sociais implicam em negação do direito à educação (Ruiz, 2023; Oliveira, 2023; Silva, 2023). Como propostas, a necessidade de (1) enfrentar desigualdades sociais e educacionais; (2) não deixar os alunos presos a um ciclo de repetência e reprovação; (3) formar profissionais da educação em diálogo com as necessidades do Ensino Médio (Pinto, 2023). Houve destaque também à historicidade do fenômeno, pois há um ciclo perverso de negação do direito à educação que resulta em brasileiros que não concluíram a Educação Básica, alguns deles sequer aprenderam a ler e escrever. Em comum, o fato de serem da classe trabalhadora: crianças e adolescentes que tiveram que ingressar cedo no mercado laboral em decorrência da desigualdade social (Cássia, 2023).

Ao arrolarem as mudanças necessárias para a permanência nas escolas, os participantes destacam que os jovens nos indicam a necessidade de um atendimento psicossocial, bem como educação profissionalizante, fortalecimento das tecnologias e, de forma especial, a política de bolsa de estudos/auxílio estudantil (Pinto, 2023; Bonamino, 2023).

Desafios intraescolares

Para a construção de uma política de permanência é preciso pensar na política educacional e na materialização da escola que temos. Observou-se uma predominância da crítica à Lei nº 13.415 (Brasil, 2017), com ênfases em três pontos: 1) carga horária, 2) limitação da Formação Geral Básica (FGB) a partir da criação de Itinerários Formativos, 3) carência de infraestrutura, de recursos e de quadro de pessoal.

O aumento da carga horária foi entendido como positivo. O representante do Todos Pela Educação defendeu que a essência da Lei nº 13.415/2017 deve ser mantida e, em especial, a ampliação do tempo na escola (Correia, 2023). O aumento da carga horária encontrou concordância em manifestações distintas (Fernandes, 2023; Ruiz 2023). No entanto, em percepção crítica, Fernandes (2023) aponta que essa avaliação só é positiva em termos ideais porque, ao se deparar com uma materialidade precária, pode legitimar exclusões. A ampliação de tempo sem planejamento pode, inclusive, ampliar desigualdades, como no caso da política de Ensino Médio em Tempo Integral (Bonamino, 2023).

Um segundo ponto de consonância foi a crítica ao desenho curricular que limitou a Formação Geral em 1.800h. O contato predominante do aluno tem que ser justamente com a FGB, pois a tecnologia muda frequentemente: um preparo instrumental acaba rapidamente perecendo diante da velocidade das mudanças (Oliveira, 2023). Frigotto (2023) destacou que a concepção de competência como basilar rompe com disciplinas clássicas nas escolas públicas.

Há consenso de que a implementação alcançada não materializou a escola necessária. Mesmo apoiando a arquitetura do NEM, o representante dos conselhos estaduais de educação apontou que são itinerários demais (Tonassi, 2023). Vieira (2023) destacou que a atratividade a fim de garantir permanência e aprendizagem não se faz com escolha de itinerários, mas com escolas que fazem a diferença. Há um diagnóstico de insuficiência de infraestrutura e falta de valorização dos profissionais da educação. À exceção do Institutos Federais (Frigotto, 2023), as demais redes públicas demandam maior gasto público para melhorar a infraestrutura e abrigar um quadro de profissionais da educação mais numeroso, diverso e dedicado à escola.

O aumento da exclusão pela precariedade das condições oferecidas aos alunos é justamente uma das críticas quando o espaço dado à EAD é posto em tela (Silva, 2023).

Caminhos possíveis para a permanência das juventudes

A fim de garantir a expansão do acesso e da permanência no ensino médio aos jovens brasileiros, seria preciso metas compartilhadas entre as diferentes esferas de governo. Dourado (2023) entende que a política para a etapa deve ser ampla e vinculada aos preceitos constitucionais, construída em participativo diálogo tripartite (União, estados e municípios). Moll (2023) destacou que o caminho interrompido em 2016 estranhamente não está sendo retomado na democracia. Com esse entendimento, é importante revisitar o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) cuja meta para a etapa era universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas para 85%.

Além do PNE e em consonância com ele, a maioria dos interlocutores da Consulta Pública destacaram a importância de (1) revogar a Lei 13.415/2017, pois ela – juntamente com as políticas decorrentes - tem limitado a permanência dos jovens na escola; (2) realizar um processo de escuta e construção com os Institutos Federais que já implementaram políticas de permanência para os alunos de Ensino Médio e conhecem as possíveis dificuldades e sucessos destas ações; (3) considerar a necessidade de uma política sistemática de incentivo para a frequência à escola como garantia do direito à educação; (4) contemplar a diversidade, com prioridade aos que são vítimas da histórica exclusão.

Referências

- ATLAS DA JUVENTUDE. **Atlas da Juventude**. Disponível: <https://bit.ly/3vNZb5Q>. Acesso: 19 jan. 2024.
- BONAMINO, A. **Consulta Pública Ensino Médio: 2º Webinário com especialistas**. Youtube, 3 mai. 2023. Disponível: <https://bit.ly/47MkodQ>. Acesso: 2 ago. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF, 2017. Disponível: <https://bit.ly/3HqT1eH>. Acesso: 2 ago. 2023.
- CASSIA, R. **Consulta Pública Ensino Médio | 11º Webinário com Especialistas**. Youtube, 26 jun. 2023. Disponível: <https://bit.ly/3U5Ry56>. Acesso: 2 ago. 2023.
- CORREIA, G. **Consulta Pública Ensino Médio: 7º Webinário com Especialistas**. Youtube, 1 jun. 2023. Disponível: <https://bit.ly/4bgPoG3>. Acesso: 2 ago. 2023.
- DOURADO, L. **Consulta Pública Ensino Médio: 10º Webinário com Especialistas**. Youtube, 12 jun. 2023. Disponível: <https://bit.ly/3HnUq5N>. Acesso: 2 ago. 2023.
- FERNANDES, R. **Consulta Pública Ensino Médio: 7º Webinário com Especialistas**. Youtube, 1 jun. 2023. Disponível: <https://bit.ly/4bgPoG3>. Acesso: 2 ago. 2023.

FRIGOTTO, G. Consulta Pública Ensino Médio: 3º Webinar com Especialistas. Youtube, 8 mai. 2023. Disponível: <https://bit.ly/3vPRoo7>. Acesso: 2 ago. 2023.

MOLL, J. Consulta Pública Ensino Médio: 6º Webinar com Especialistas. Youtube, 29 mai. 2023. Disponível: <https://bit.ly/3tREWE2>. Acesso: 2 ago. 2023.

PINTO, M. D. Consulta Pública Ensino Médio | 11º Webinar com Especialistas. Youtube, 26 jun. 2023. Disponível: <https://bit.ly/3U5Ry56>. Acesso: 2 ago. 2023.

OLIVEIRA, R. P. Consulta Pública Ensino Médio: 3º Webinar com Especialistas. Youtube, 8 mai. 2023. Disponível: <https://bit.ly/3vPRoo7>. Acesso: 2 ago. 2023.

RUIZ, A. I. Consulta Pública Ensino Médio: 3º Webinar com Especialistas. Youtube, 08 mai. 2023. Disponível: <https://bit.ly/3vPRoo7>. Acesso: 2 ago. 2023.

SILVA, R. M.. Consulta Pública Ensino Médio: 4º Webinar com Especialistas. Youtube, 15 mai. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3SmtZ6K>. Acesso: 2 ago. 2023.

TONASSI, R. Consulta Pública Ensino Médio: 12º Webinar com Especialistas. Youtube, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/48C00gP>. Acesso: 13 ago. 2023.

VIEIRA, S. L. Consulta Pública Ensino Médio: 3º Webinar com Especialistas. Youtube, 8 mai. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3vPRoo7>. Acesso: 2 ago. 2023.